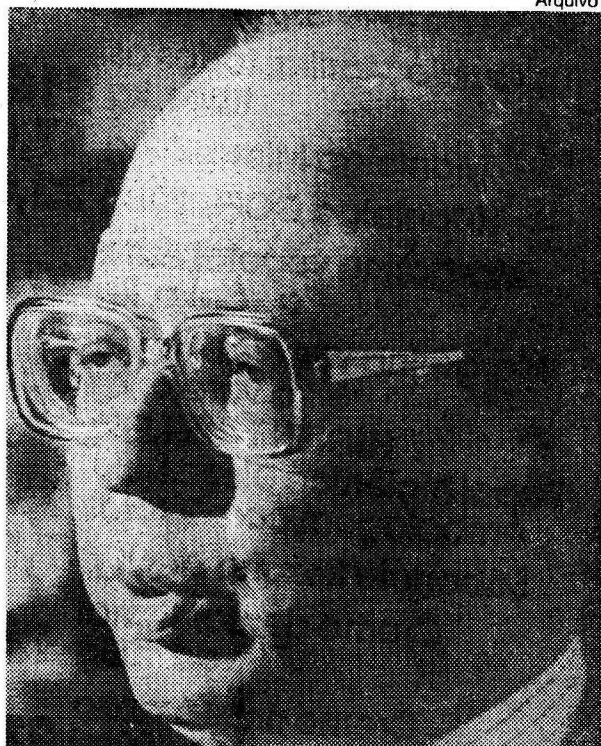




Marcílio interveio pessoalmente no caso

EUA ameaçam retaliar o comércio brasileiro na guerra dos remédios

Severino Góes

BRASÍLIA — Depois dos computadores, o Brasil prepara-se para enfrentar outra batalha da guerra comercial que trava com os Estados Unidos envolvendo, desta vez, a indústria farmacêutica. A Pharmaceutical Manufacturers Association (PMA), entidade que reúne os fabricantes americanos de remédios, está pressionando o executivo dos Estados Unidos a abrir um processo contra o Brasil com base na seção 301 da Lei de Comércio, por prática desleal de comércio.

O motivo da queixa: o Brasil não concede proteção às patentes farmacêuticas e isso está causando prejuízos às subsidiárias das empresas americanas no país. O governo brasileiro, que vem acompanhando o caso há mais de um ano, teme que a reação dos Estados Unidos seja mais forte que a do contencioso da informática e ocorram retaliações concretas contra produtos brasileiros.

Nesta segunda-feira, em Brasília, os ministérios da Indústria e do Comércio, da Saúde, da Fazenda e o Itamaraty reúnem-se para começar a traçar a linha de defesa do Brasil para enfrentar esta nova batalha comercial. Esta reunião é preparatória de um encontro que ocorrerá no dia 8 de junho, em Washington, entre delegações dos dois países para tentar conciliar posições antagônicas: o Brasil não abre mão de não conceder registro de patente para produtos farmacêuticos e os Estados Unidos insistem nesta posição.

Intervenção — Esta será a terceira reunião entre Brasil e Estados Unidos sobre o mesmo assunto. Nas outras duas, realizadas em novembro do ano passado, em Brasília, e fevereiro deste ano, no Rio, não houve qualquer tipo de progresso. E a chance de que o encontro em Washington produza algum avanço nas negociações é considerada remota mesmo porque a PMA já ameaçou entrar com um pedido de processo contra o Brasil e só recuou depois que o embaixador Marcílio Marques Moreira interveio pessoalmente no caso.

Diante deste quadro, o Brasil já começa a preparar seus argumentos para levar a Washington. A indústria nacional de medicamentos, lembra um técnico do governo familiarizado com o problema, tinha 50% do mercado nacional há cerca de 20 anos e hoje detém apenas 15%. Esta perda ocorreu justamente no período em que o Brasil optou por não proteger patentes no setor.

— O que eles estão querendo são os outros 15% do mercado — desabafa um técnico do governo.

A dependência do Brasil neste campo é tão acentuada que cerca de 75% das matérias-primas para fabricação de medicamentos são importadas, representando um gasto anual da ordem de 400 milhões de dólares, num total de 1 mil 500 produtos. Somente as indústrias americanas com filiais no Brasil importam 128 milhões de dólares anualmente, de acordo com os dados do governo.

O governo dos Estados Unidos começou a abrir baterias contra o Brasil no caso da indústria farmacêutica ainda no ano passado mas, aparentemente, deu-se por satisfeito com as explicações fornecidas pelo governo brasileiro de que o país não está fazendo nada mais do que seguir uma legislação internacional.

A Lei de Comércio — o *Trade Act* —, no entanto, permite que os fabricantes americanos, de qualquer setor, que se sentirem atingidos por restrições à comercialização de seus produtos em outros países, peçam ao United States Trade Representative (USTR), órgão que assessora a Casa Branca em assuntos de comércio, a abertura de investigações.

A posição brasileira, no caso, é de que pela Convenção de Paris, que existe há mais de cem anos, os países podem ou não adotar o sistema de patenteamento industrial para determinados setores. “Esta situação afeta, inclusive, as empresas brasileiras e é transparente porque está aí há mais de 40 anos”, diz uma fonte do Itamaraty.